

APRESENTAÇÃO

Estamos em uma época dobradiça, como diria Hermann Hesse, em *O lobo das estepes*: ainda estão em pleno esplendor os frutos da cultura da imprensa, quando já são uma realidade as “primícias” da cultura digital, e de fato a Internet se transformou na autêntica imprensa do século 21. Certamente, hoje, não podemos deixar de entender o mundo da leitura como um sistema complexo, com diferentes setores ou domínios em interação: “criação” (escritores), “produção/distribuição” (indústria do livro e de outros materiais de leitura), “educadores” (em sentido amplo), “classificadores” (documentação, bibliotecas) e “consumidores” (leitores). (JOAQUÍN AGUIRRE, 2011)

Cada um desses “ecossistemas” tem sua própria dinâmica, é o que podemos ver nitidamente no caso da chamada “indústria cultural”: muitas vezes, o que se lança e tem sucesso no “mercado” não é nem o melhor, nem o mais formativo, nem incentiva a criação, de modo que não resistiria a uma censura como a que acontece em Dom Quixote de La Mancha.

No entanto, a cultura midiática tem tanto peso que, hoje, seria difícil concebermos uma educação literária à margem do que o leitor consome no cinema ou na televisão; além disso, a cibercultura sobrevoa todos os domínios até o ponto de falarmos em certa literatura eletrônica e das criações na Internet ou de livrarias e bibliotecas digitais, inclusive já falamos em “edição na nuvem”.

A versatilidade é tão grande que estamos voltando, de certo modo, a uma concepção própria dos textos de magia que existiam desde a Antiguidade Greco-Romana e que logo se estenderam por toda Europa em forma de livros de tesouros. Esse novo livro mágico é, aparentemente, o e-book.

Roger Chartier é quem nos oferece uma descrição conjuntural (que sintetizaremos de forma muito rápida), que se resume em duas expressões: *desmaterialização* do livro como continente e *volatilidade* do livro como conteúdo, de modo que nessa osmose, entre o que Chartier chama de *textualidade do livro* e *materialidade do texto*, se originaram diversas rupturas. (CORDÓN, 2012).

A primeira é relativa à ordem dos discursos. Estes já não estão pré-fixados nem se submetem a marcos pragmáticos rígidos; ao contrário, a digitalização tem efeitos paradoxais: por um lado, homogeniza o discurso ao converter todos os textos em parte de um texto contínuo que potencialmente se conecta a um hipertexto. Ainda que não seja segundo a ordem

canônica própria de um livro ou de um estudo acadêmico, mas com “saltos” ou variações próprias dos “fluxos textuais” que circulam na Rede, que, por outro lado, faz com que os textos já não tenham tanta estabilidade formal.

A percepção do texto muda, pois os textos são vistos como descontínuos que não se relacionam tanto com o objeto físico (chamado livro), mas com blocos textuais mais ou menos irregulares ou evanescentes. Tais blocos são, geralmente, multirrecorrentes, ou seja, temos textos como narrações, argumentações, refrãos etc. que aparecem em muitas páginas web ou fóruns, sem possibilidade de que o leitor saiba qual é a fonte genuína.

As outras rupturas explicadas por Chartier afetam a ordem das razões (discurso não linear) e a ordem das propriedades no sentido jurídico do termo (escrita *alógrafa*). Um bom exemplo está nas sagas fantásticas, como *O Senhor dos Anéis* y a estrela de fenômenos midiático-produtivos gerados: referimo-nos à produção intermediária na qual estão combinados livro, ilustração para quadrinhos, filme, roteiros; ou à “exploração dos fãs”, cuja “voracidade” deu lugar ao fenômeno do *fan fiction* – reescrituras amadoras dos textos canônicos desses universos de ficção – que já se acostumaram a um novo tipo de leitura.

Acontece o mesmo nas séries de televisão, que são macrotextos ou megatextos, cujas convenções são aprendidas em seguida pelo receptor das mesmas, que costumam ser fãs e chegam a participar de forma ativa (pelos recursos da televisão digital, ou pelo fan fiction ou outros meios colaborativos).

Frente a tudo isso, se constrói diante de nós um perfil de leitor muito diferente daquele das novelas ou jornais do século 19; agora, o cânone está muito questionado (salvo os chamados clássicos), o suporte se desmaterializa e diminui cada vez mais (até chegar aos e-books ou tablets) e os conteúdos são voláteis, diante da segmentação dos públicos. Este está muito mais relacionado com a mercantilização da cultura: diversos âmbitos de público e saberes são explorados com os mesmos métodos de marketing de compradores de automóveis. Evidentemente, os perfis são enganosos, pois, como bem sabemos através da educação literária, sem a competência leitora e literária é difícil pensar que os jovens possam ter acesso ao consumo de outra classe de leituras proposta pelo mercado.

A cultura letrada clássica típica a que os ilustrados do século 18 chamaram de *A República das Letras* tinha uma visão renascentista e globalizadora que contrasta com esta atomização e fragmentação. Isso incluía a leitura dos textos canônicos “em profundidade”, fato que contrasta com uma das mutações mais chamativa dos neoleitores tecnológicos: a

leitura *surfing*, a leitura superficial que é uma mescla de leitura rápida e *scanning*. Por outro lado, as inovações criam um tipo de leitor que precisa de novas competências informacionais para manejar os novos suportes, mas tais competências nem sempre estão em similaridade com as competências leitoras mais importantes, isto é, o processamento “a fundo” da informação.

A produção e difusão multicanal e multisuporte se transformaram em um arsenal de ferramentas que por si mesmas não substituem a contribuição dos sujeitos e das comunidades como motor das práticas de leitura e escrita; referimo-nos à criatividade, ao empreendedorismo, ao fomento da heurística do conhecimento e das redes de conhecimento. Assim, o florescimento das redes sociais e da chamada leitura social, comentada ou conectada, não impedem a diferenciação de papéis que recordam muito aos existentes na leitura escrita: por exemplo, o *beta reader* ou moderador das páginas de fan fiction é o equivalente ao especialista da cultura letrada, independente da nomeação que receba.

O certo é que a leitura do texto isolado é cada vez mais suplementada por formatos que combinam imagens, áudio, animações e outros textos. De modo que se o livro se baseia na hipervisibilidade do texto canônico, do texto como objeto físico unitário, identificado y limitado por um paratexto; o consumo digital permite um *continuum* de textos e discursos, e esse *intertexto* (às vezes multitemático) e esse *interdiscurso* se fazem cada vez mais visíveis. Incluindo as modernas técnicas de *geolocalização* ou de *realidade aumentada*, estão incitando o leitor a converter um “ponto” ou referência de leitura (por exemplo, Paris) em toda uma experiência que muito mais além da leitura desse fragmento uma o mental a outros campos, desse modo, chegamos ao símbolo visionário de Jorge Luis Borges em “El Aleph”: o texto se transforma em uma janela aberta ao mundo.

Neste horizonte de problemas e práticas vinculadas à leitura, desenvolvem-se os ensaios que compõem este número da Revista *Nuances – estudos sobre educação*. Assim, o professor Luiz Percival Leme Britto reexamina as diversas acepções do termo leitura, em seus diferentes contextos de uso, dando ênfase à especificidade do conceito de leitura como deciframento de texto e não de qualquer outro objeto semiótico. Em particular, resulta muito tranquila sua reflexão sobre o vínculo entre leitura e ética, não só porque alfabetização e cidadania sejam conceitos que se relacionam, mas porque supõem, na linha, que antes defendemos, resistir à corrente de mercantilização da cultura e de subordinação da leitura aos

interesses do mercado, que são, geralmente, diferentes dos interesses da comunidade educativa.

O professor Max Butlen, por sua vez, faz uma reflexão muito acertada na direção de repensar as bibliotecas e as escolas em suas interações e possibilidades de cooperação. Em particular, trata de definir o papel estratégico das bibliotecas escolares, dando destaque aos novos modos de socialização e ao papel ativo do leitor. Os bibliotecários e os professores são mediadores de leitura especializados, cada um em seus âmbitos de formação, que se convertem em temas e práticas de leitura, como a literatura infantil e juvenil ou a dinamização dos textos.

O professor J. A. Cordón elabora uma reflexão de grande atualidade sobre a socialização da leitura, que coloca em destaque as mudanças profundas sucedidas com a leitura eletrônica e os novos dispositivos de leitura. Ilustra em seu estudo como as mudanças não afetam unicamente o suporte, mas também as formas de leitura, as práticas e a recepção da leitura. Isso tudo redundou na aparição de um novo conceito de livro, mais aberto, colaborativo e multimídia, assim como novas formas de leitura, socializadas em rede, de novos leitores, mais participativos e propensos à integração em rede dos conteúdos. Tudo isso supõe não só uma nova tecnologia, mas também novos horizontes, muito mais amplos e participativos, de comunidades de leitores, que, de algum modo, completam e ampliam os grupos de alfabetizadores clássicos – a família, a escola ou o grupo de pessoas próximas e iguais” – e multiplicam suas potencialidades.

A professora Tania Rosing faz uma análise detalhada da situação das práticas de leitura na educação superior no Brasil. Sua descrição coincide em certas características que são universais, como o advento de uma geração interativa e digital, assim como a tendência para uma cultura participativa e de convergência, que afeta os textos e os discursos tradicionalmente vinculados ao âmbito acadêmico. A análise crítica da professora Tania evidencia que um número importante de docentes não é bom exemplo de alfabetização para os alunos, ou seja, não se comporta como leitor experiente nem possui as habilidades nem a formação de bons mediadores de leitura. As referências a intelectuais de prestígio como Bakhtin e Morin são muito oportunas, pois a literatura é, sem dúvida, uma atividade emblemática de “gestão da complexidade”, uma característica marcante na cultura contemporânea. É na interação verbal que se solidifica a construção do sentido, precisamente construindo e desconstruindo os conhecimentos ou pré-concepções dominantes nos entornos

sociais e acadêmicos. Como bem afirma, “a leitura é um jogo de âmbitos” que se criam e se desconstroem continuamente, portanto é necessário reformular sempre suas bases epistemológicas e suas práticas.

A professora Norma Sandra de Almeida Ferreira centra seu estudo na leitura estético-literária como um modo *sui generis* de prática social. Certamente, a herança literária constitui um legado específico que a escola deve valorizar, porque se vincula a códigos necessários para chegar ao desenvolvimento da competência literária nos alunos. A autora examina diferentes seleções, gêneros ou livros de leitura e suas implicações educativas, destacando as limitações de certas práticas, como as que polarizam a leitura em torno do ensino de conteúdos pré-determinados. O enfoque sociocultural destaca a mutabilidade das condições de recepção dos textos e dos entornos sociais, os quais conferem à leitura em geral e à literatura diversos papéis e atribuições. Assim, a literatura como produto, como cânone instituído e prestigiado, é diferente da literatura como produção participativa, aberta à experimentação e ao jogo (por exemplo, através de distintos imaginários, sensibilidades, subjetividades); de todas estas pré-concepções surgem práticas de leitura diferentes. Posto isso, a leitura literária escolar deveria potencializar um sentido aberto, lúdico, socializador (por exemplo, potencializando as comunidades de leitores) e inclusive da leitura, e não simplesmente usar a literatura como meio para o ensino de conteúdos escolares acadêmicos.

As professoras Ângela Balça e Natividade Pires fazem um profundo estudo da situação da leitura em Portugal, analisando o distanciamento entre a situação normativa e as práticas reais nas escolas, aproveitando seu papel como formadoras do Programa Nacional de Ensino de Português. O estudo descreve os diferentes programas e iniciativas nos diversos níveis, baseados em princípios teóricos e metodológicos de inquestionável interesse, e os contrasta depois com as práticas cotidianas. Por exemplo, o uso ainda sistemático dos livros didáticos como referente básico entre os escolares. O uso ainda muito comum das atividades didáticas, centradas nos questionários clássicos de compreensão da leitura o do uso recorrente da leitura para ensinar temas próprios da língua, frente à escassez de práticas que, por exemplo, incidam na pós-leitura como meio de recepção, recreação ou apropriação dos textos. Dessa forma, as intenções e as ações vão se separando até configurar uma divisão entre teoria e práxis.

A professora Giovanna Zaganelli se propõe a estabelecer pontos de contato entre as Teorias da Recepção elaboradas pela Escola de Constança e as Teorias do Hipertexto

Literário. Em particular, se apoia na teoria de resposta estética de Wolfgang Iser, e seu conceito de leitura como processo de construção do texto por parte do leitor. Conecta ambos os paradigmas ou âmbitos de estudo, com uma aplicação muito interessante e documentada com o texto clássico de Pinóquio. O nexos é igualmente revelador, pois a teoria da recepção e a teoria do hipertexto se encontram no reconhecimento da natureza multisequencial e multilinear do texto.

Por último, o professor Alberto Martos põe ênfase nos conceitos de empreendimento e de sustentabilidade cultural, à luz dos contextos de crise econômica nos quais se desenvolvem, em particular, na Europa e na Espanha, políticas de promoção da leitura. A alfabetização sustentada no paradigma da cultura empreendedora colocou em relevo novos valores e categorias (fidelizar, modelo de negócio...), assim como a importância de profissionalizar empreendedores capacitados em gerir projetos de leitura e escrita, em assegurar sua viabilidade e sustentabilidade à luz das novas práticas culturais. Tudo isso se realiza nas emergentes empresas culturais atuais, que já não respondem aos modelos antigos e que representam uma possível contribuição importante para a cultura no século 21.

Chegamos, por fim, na visão global de que a leitura é uma realidade poliédrica, um passeio entre o tangível e o intangível – o texto e sua materialidade/suportes, o individual/pessoal e o social/coletivo, o herdado e a inovação, o canônico e o periférico; é nesta complexidade que reside, como disse Ítalo Calvino dos clássicos, seu poder de gerar sempre novas perguntas, que devemos saber decifrar. Esta capacidade de interpretar, de ler o mundo, é especialmente prioritária neste contexto globalizado e midiático-digital. Porque neste novo mundo digital, na Internet só existem mediadores (exceto casos excepcionais, como os filtros instalados pelos pais para evitar visitas a páginas de violência ou pornografia). Portanto, o mediador de leitura é como a tábua de um naufrago nos oceanos de informação que é a Internet; a literatura vem a ser como pequenas ilhas de alfabetização do meio da complexidade do mundo atual.

O papel da escola é fundamental não só quanto a treinamento nas novas alfabetizações, a fim de conseguir um leitor cada vez mais polivalente. A escola também deve fomentar a *leitura estética*, para colocar o calor do jogo e o prazer da leitura, e a leitura crítica, a capacidade de repensar todo essa avalanche de mensagens do mundo atual. Tudo isso a partir de estratégias textuais para compreender, contextualizar, analisar, e, em certos casos, desconstruir (despedaçar) as mensagens que a publicidade, a manipulação e outros

discursos interessados lançam aos leitores mais vulneráveis, por exemplo, as crianças e os jovens. Desse modo, procuraremos ser leitores experientes e não ingênuos (Mignolo, 1979), plenamente capazes, em suma, de decifrar as mensagens como *cidadãos de pleno direito* e, portanto, como *livres pensadores*, seguindo o citado ideal ilustrado de A República da Letras: esta não era um bazar de filmes ou de livros para consumir, mas um fórum onde nem a condição social, nem a raça, nem a religião marcavam as diferenças, só o talento e onde a ciência e as letras (tomadas de forma unitária, não como ramos compartimentados do conhecimento) serviam à utilidade social.

Eloy Martos Nuñez - Universidade de Extremadura - Espanha

Renata Junqueira de Souza – Unesp - Brasil

(Organizadores)